



expressomídia

Expresso da Tarde

Fundado em 1996

Maputo, terça-feira, 24.05.2022 - Nr 5417
Ano XXV editor: salvador raimundo honwana



expressomídia

002/GABINFO-DE/99-Z.VerdeQ.27,1509-expressodatarde@gmail.com-Editor:846608329-848792572-salvadoraimundo@gmail.com- Moçambique

editorial

UM misto de acontecimentos marca a actualidade nacional, à pior o surto da cólera em Tete e na Zambézia, com as autoridades atrás do prejuízo i.e., inverso do recomendável.

Em linha, a campanha lançada em Manica, que visa ensinar as famílias sobre as técnicas de enfrentar a subnutrição crónica, ou seja, o reverso do desejável.

Há uma diferença abismal entre o que politicamente se promete ao eleitorado e o que, em termos práticos, é colocado à disposição deste, nomeadamente o bem-estar dos cidadãos.

O custo de vida rebenta pelas costuras, em grande medida devido à alta dos combustíveis – ainda ontem anunciado o agravamento – muito por culpa dos tipos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que atrás da cortina lançam uma série de recomendações a serem copiosamente seguidas.

Se os próprios nacionais não conhecem o país real que dizem governar, quanto mais os fulanos do Fundo.

Estão por anunciar os mecanismos a serem utiliza-

dos na selecção da população vulnerável com direito à assistência humanitária, dada a podridão administrativa e a partidarização reinante ao nível da base.

Preocupa que em sede da Assembleia da República – Parlamento Nacional – o Governo renove garantias das liberdades dos cidadãos para, num ápice, de Xai-Xai ficar-se a saber que um músico foi escorraçado pela polícia.

Caricata a controversa sobre Cabo Delgado. Há um notável esforço de as autoridades propalarem mudanças substanciais em matéria de segurança, em contraponto a SAMIM, que fala em bases inimigas, com ataques esporádicos às populações.

Notável o forcing do executivo em colectar dinheiro. Depois de esgotar os recursos na caça ao pequeno importador, agora hasteia a bandeira da regularização dos veículos importados, iniciativa que há muito estava remetida nas gavetas.

A outra senhora aplaudia todas as iniciativas que resultem no encaixe de valores monetários. Bueno. sr

Lei Cambial vai à revisão 13 anos depois

VOlvidos 13 anos, a Lei Cambial vai à revisão, por o proponente Governo entender que a mesma se mostra desajustada do estágio actual do crescimento da economia, marcado pela multiplicação da rede entre residentes e não residentes, no quadro das relações comerciais.

O Governo sustenta ainda a necessidade de rever a Lei Cambial 11/2009, de 11 de Março, pelo volume de investimento estrangeiro, com maior incidência nos projectos de exploração de recursos naturais e minerais, impondo, consequentemente, “novos desafios às questões de cariz cambial”, sublinha o documento da proposta.

Ernesto Max Tonela, ministro da Economia e Finanças vê na eventual aprovação e implementação da Lei revista “impacto positivo” para o Orçamento do Estado mercê das taxas e multas advindo dos previstos artigos 25 e 60.

Ainda assim, segundo Max Tonela, de momento ainda não é estimável os ganhos monetários, dado que “poderão variar consoante o número de infracções registadas”, o ministro quando sábado (20) se debruçava sobre o assunto.

Os articulados da proposta de revisão da Lei Cambial, motivo de satisfação do ministro Tonela, indi-

cam que (Artigo 20 – Repatriamento de Receitas): “todos os residentes devem repatriar as receitas de exportação de bens e serviços e os rendimentos de investimento no estrangeiro; o repatriamento de receitas deve ser realizado em moeda estrangeira, através de um banco autorizado a operar em Moçambique; o Banco de Moçambique estabelece as condições relativas ao repatriamento das receitas de exploração de bens, serviços e de rendimentos de investimento no estrangeiro, incluindo o tratamento e manutenção a dar às respectivas receitas de exportação e rendimentos de investimento estrangeiro”.

ÚLTIMA HORA

Novos preços a vigorar desde hoje. Gasolina 83,30 meticais/litro; Gasóleo 78,97 meticais/litro; Petróleo de Iluminação 71,48 meticais/litro; GPL 85,53 meticais/kg; GNV 40,57 meticais/Leq. O agravamento foi anunciado esta segunda-feira (23), na Cidade de Maputo, pela Autoridade Reguladora de Energia (ARENE).

#TemosQueTrabalhar

ifipe nyusi

Já o artigo 60 – Multas, igualmente visto pelo ministro da Economia e Finanças motivo de festaça diz, taxativamente, o que se segue.

“As contravenções cometidas por pessoas singulares são puníveis nos seguintes termos: multa entre dez e cinquenta salários mínimos, pela prática de contravenções constantes no artigo 58 da presente Lei; e multa entre cinquenta e quinhentos salários mínimos, pela prática de contravenções constantes no artigo 59 da presente Lei.

2. As contravenções cambiais cometidas por pessoas colectivas são puníveis nos seguintes termos: multa entre vinte a mil salários mínimos, pela prática de contravenções constantes no artigo 58 da presente Lei; e multa entre cem e mil e quinhentos salários mínimos, pela prática de contravenções referidas no artigo 59 da presente Lei.

3. As contravenções cambiais cometidas por instituições de crédito e sociedades financeiras, são puníveis nos seguintes termos: multa entre cinquenta a mil e quinhentos salários mínimos, pela prática de contravenções constantes no artigo 58 da presente Lei; e multa entre cento e cinquenta a dois mil salários mínimos, pela prática de contravenções constantes no artigo 59 da presente Lei.

4. O valor da multa previsto nos números anteriores é agravado ao dobro sempre que o benefício económico obtido pela instituição ou pessoa contraventora exceder o limite máximo da moldura que ao caso cabe.

5. Nas situações em que com o cometimento da infracção, o benefício económico seja superior ao valor da multa descrito no número anterior, ao contraventor aplica-se o valor do benefício economi-

co obtido pela prática da contravenção, sem prejuízo da apreensão ou retenção do montante”.

O executivo sustenta que o objectivo desta revisão, está ligado com a necessidade de se reduzir a burocracia na realização de operações cambiais, desse modo tornando o mercado cada vez mais célere e alinhado com as mudanças tecnológicas “a bem da fluidez do tráfego das relações comerciais internacionais” daí que “mostra-se imperioso o ajustamento do regime jurídico vigente”.

A proposta de revisão da Lei Cambial surge na perspectiva de tornar o mercado cambial moderno, seguro e eficiente, de acordo com as melhores práticas internacionais, mas igualmente pela necessidade de harmonizá-la aos objectivos de flexibilização traçados pela SADC até 2028, ainda atribuir à autoridade cambial, os mecanismos que possam satisfazer a robustez do país em matéria de políticas monetária e cambial.

“A remoção de barreiras para o investimento estrangeiro, em Moçambique, e de investimentos de residentes no exterior, bem como a facilitação da realização do comércio internacional, que se resume na criação de mecanismos de flexibilização das operações cambiais através da liberalização gradual da conta capital” é visto como dos impactos da Lei Cambial revista.

Na mesma linha, a consolidação do princípio da *meticalização* da economia moçambicana, ao conferir “assento legal” à obrigatoriedade de pagamentos em moeda nacional “em todas as transacções domésticas” no país, mas igualmente a har-

monização dos vários regimes cambiais especiais vigentes, no quadro dos projectos de exploração mineira e de hidrocarbonetos sem, contudo, re-

força a Proposta de Revisão da Lei Cambial, “pôr em causa os compromissos já assumidos”. A Proposta de Revisão vai a AR. **redacção**

Lei dos Petróleos tem debate agendado

DURante um dia, lá para finais de junho, está agendado debate sobre a Lei dos Petróleos, em Moçambique, ainda Regulamentos de Conteúdo Local & Legislação Tributária.

A iniciativa é da Agência Internacional de Energia (AIE), em cima da mesa igualmente esclarecimentos relativos a todas as Leis, Regulamentos e Políticas aplicáveis que regem a indústria petrolífera em Moçambique, incluindo a Lei dos Petróleos, Regulamentos de Conteúdo Local, Regime Fiscal e Tributário e Regulamentos de Controlo Cambial.

Os organizadores do *briefing* considerado *exclusive*, que em rigor está programado para 28 de junho, na Cidade de Maputo, incluem outros temas de discussão, estes:

últ-mos desenvolvimentos na Indústria;

Visão Estratégica da Lei dos Petróleos e seus Regulamentos; Contratação de Cidadãos de Nacionalidades Estrangeiras no Sector Petrolífero;

Decreto-Lei da Bacia do Rovuma;

Política Fiscal e Regime Tributário;

Regulamento de Controlo de Câmbio para a Indústria Petrolífera;

Responsabilidade Social Empresarial (SER) e Política de Conteúdo Local;

Ambiente, Saúde e Segurança (AS&S) para a Indústria Petrolífera;

Organismos reguladores; e Empresa Nacional de Hidrocarbonetos. **redacção**

#Ideate estimula empreendedoras

O Standard Bank realiza até hoje, terça-feira (20), em parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), a 20ª edição do #Ideate, um programa de estímulo ao empreendedorismo e desenvolvimento de negócios inovadores para a resolução de desafios.

Tal como a anterior, esta edição é dedicada exclusivamente a mulheres.

Para a materialização desta iniciativa, com a qual se pretende formar 150 mulheres empreendedoras ou aspirantes ao empreendedorismo, decorre entre os dias 16 e 29 de Maio, o processo de inscrições gratuitas, através das redes sociais do Standard Bank.

Dada à pretensão de formar mulheres empreendedoras ou aspirantes ao empreendedorismo, os promotores do #Ideate encorajam candidaturas de mulheres que tenham ideias ou negócios inovadores nas áreas de economia verde, reciclagem, entre outras. **redacção**

Parceiros aprovam 404 milhões anti-HIV/Sida

Moçambique, Estados Unidos, sociedade civil e demais parceiros de resposta ao HIV/Sida, acabam de ter acesso à aprovação do Plano Operacional (COP) – do chamado PEPFAR – a vigorar no período outubro’22 e setembro’23, também conhecido como COP’22.

Liderado pelo tridente PEPFAR, Conselho Moçambicano de Combate ao Sida (CNCS) e Ministério da Saúde, a iniciativa tem por objectivo conduzir Moçambique ao alcance de metas do UNAIDS 95-95-95, onde 95% das pessoas que vivem com o HIV estão conscientes do seu estado, 95% dos quais testaram positivos estão em tratamento, e 95 por cento das pessoas em tratamento têm uma carga viral indetectável. Isto acabará por controlar a epidemia do HIV/SIDA.

Em apoio ao Plano Estratégico Nacional de Moçambique para o HIV e ao Pedido de Financiamento do Fundo Global, a COP22 centra-se em: esforços acelerados para identificar e tratar crianças, adolescentes, homens jovens, populações vulneráveis, e outras pessoas a viver com HIV; investimentos estratégicos para maximizar o impacto do programa, bem como uma melhor qualidade de implementação e experiência do paciente a nível do local; e parcerias reforçadas com o governo, parceiros multilaterais, e a sociedade civil. Este plano, que totaliza 404 milhões de dólares, eleva o investimento total do governo dos Estados Unidos na resposta ao HIV em Moçambique para 4,9 mil milhões de dólares desde 2004.

“O plano COP22 representa o nosso compromisso co-

num de alcançar o controlo da epidemia, colocando 1,9 milhões de moçambicanos em tratamento que salve vidas nos próximos 18 meses”, Peter H. Vrooman, embaixador americano em Moçambique, que prossegue: “representa parceria, inovação e adaptabilidade, a implementação de abordagens que são experimentadas e verdadeiras, e começa a orientar o nosso programa para a sustentabilidade”.

A nível mundial, PEPFAR centra-se em: prestar serviços de prevenção e tratamento do HIV de qualidade, centrados nas pessoas; reforçar a capacidade e a resiliência das comunidades e dos sistemas de saúde para enfrentar a epidemia do HIV e outros desafios de saúde; e estabelecer parcerias para um maior impacto, partilha de encargos, e sustentabilidade.

Desde 2004, o Governo e o povo americanos assumiram o compromisso por um Moçambique “saúdavel e próspero através de investimentos no programa PEPFAR. Em Moçambique, o PEPFAR apoia o aconselhamento e testagem do HIV, tratamento do HIV e tuberculose em adultos e pediátricos, prevenção da transmissão do HIV da mãe para filho, apoio psicossocial, serviços laboratoriais e de saúde, farmácia, bem como através do reforço dos sistemas de saúde. Ao longo da pandemia de COVID-19, o PEPFAR assegurou que o programa HIV/SIDA continuasse a chegar às populações necessitadas”, lê-se em comunicado.

Em Moçambique, o PEPFAR é implementado pela embaixada dos Estados Unidos, através dos Centros de Con-

trolo e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC), da Agência dos EUA para o Desen-

volvimento Internacional (USAID), do Departamento de Estado. **redacção**

ATributária projecta 300 milhões meticais

A Autoridade Tributária (AT) procedeu segunda-feira (23), na Cidade de Maputo, ao lançamento da Campanha de Regularização de Veículos ‘Regularize o seu Veiculo e Circule Legalmente’. Esta campanha, com a qual se espera regularizar mais de 2 mil veículos, AAT espera arrecadar, para os cofres de Estado, um pouco mais de 300 milhões de meticais.

A campanha, a decorrer de 23 de Maio a 16 de Dezembro de 2022, tem como objectivo a regularização da importação definitiva de veículos (viaturas, barcos, motociclos, atrelados, tractores agrícolas e de tracção) que circulam irregularmente no território nacional ou se encontram no País.

Falando no acto de lançamento, o Director Geral-adjunto das Alfândegas, Fernando Alage afirmou que a operação ora lançada constitui uma oportunidade que a AT encontrou para que os cidadãos que, por um lado, importaram veículos sem observarem as formalidades exigíveis no processo normal de importação, e por outro, que tenham veículos no território nacional, há mais de 30 dias e que não tenham intenção de devolvê-los à procedência, procedam com a regularização dos mesmos, sem incorrerem em penalizações previstas na Legislação Aduaneira para esse tipo de casos.

Na mesma ocasião, o Di-

rector Geral-adjunto das Alfândegas disse que a AT tem consciência de que nem todos vivem nas grandes cidades, onde a informação flui com facilidade, por isso, exortou a toda sociedade, com particular destaque aos Órgãos de Comunicação Social, para que difundam o máximo possível esta informação, permitindo que a mesma chegue a todos os cidadãos, independentemente da localização destes.

É de referir que esta campanha decorrerá em todo país, sendo que os interessados deverão se dirigir às direcções operativas das Alfândegas, a nível nacional, para a regularização. **redacção**

Filipe Nyusi no Jubileu

O Presidente da República, Filipe Nyusi, participou sábado (22), na Paróquia Santa Maria Mãe de Deus de Namuno, na Cerimónia de Celebração do Jubileu dos 100 Anos de Evangelização da Província de Cabo Delgado.

O acto foi marcado por uma celebração eucarística de comemoração do centenário da evangelização católica em Cabo Delgado, iniciada em Namuno, de onde se expandiu para outras regiões daquele ponto do país. **red**

Parlamentares visitam mineradora finlandesa

Uma delegação de deputados da Assembleia da República, chefiada pelo primeiro vice-presidente, Hélder Injojo, visitou sexta-feira (20), na Finlândia, a Empresa Sandvik vocacionada ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para uma exploração sustentável dos recursos minerais.

De acordo com a deputada Telmina Pereira, que falava na qualidade de porta-voz da delegação moçambicana, esta foi uma oportunidade de visitar uma empresa que se dedica à produção de tecnologias de ponta para área de mineração, tanto em profundidade quanto em superfície que pode ser aplicável para Moçambique tendo em conta as questões ambientais.

“Pensamos que há um potencial para cooperação com as nossas empresas e nossos empresários investidores na área de minas, sobretudo, porque nós estamos a caminhar para uma produção mineira que seja amiga do ambiente, que deve causar o mínimo de danos possíveis tanto ao ambiente quanto aos seres humanos”, disse a Deputada ajuntando que este foi, igualmente, momento de aprendizagem muito importante e “acreditamos que isso pode ser uma mais-valia para o sector mineiro em Moçambique”.

Por sua vez, o Director de Projectos da Empresa Sandvik (Empresa que desenvolve tecnologias para exploração mineira), Ilkka Lahdelma, durante a visita, a direcção da Empresa e os deputados moçambicanos discutiram sobre aspectos relacionados com a electrificação, a inovação e a digitalização do processo de exploração.

“O ponto central foi de como podemos apoiar Moçam-

bique para que possa usar essa tecnologia na exploração dos recursos naturais, no sentido de garantir a segurança no trabalho, eficiência nos processos e mineração sustentável”, disse Ilkka Lahdelma, mostrando disponibilidade em apoiar empresas do ramo em Moçambique.

Segundo avança, os deputados da Assembleia da República viram e gostaram, “por considerar que esta tecnologia pode contribuir para maximizar os ganhos em termos de receitas e em termos de redução de danos ambientais

advindas da indústria extractiva”.

A empresa Lahdelma tem mais de 50 anos e possui mais de 40 mil colaboradores em todo o mundo.

A visita dos deputados moçambicanos à Finlândia teve duração de cinco dias e decorreu no contexto de reforço das capacidades dos deputados da Assembleia da República para a promoção de boa governação no sector da indústria extractiva. A mesma foi organizada em parceria com o Instituto para a Democracia Multipartidária e

a Demo Finland, e contou com apoio da Embaixada da Finlândia.

Durante a visita de troca de experiências, os deputados moçambicanos mantiveram vários encontros, sendo de destacar a interacção com os seus homólogos finlandeses onde abordaram a questão da transparência na gestão de receitas do sector extractivo. Trabalharam com representantes do Ministério das Finanças da Finlândia, dos Negócios Estrangeiros, universidades, sociedade civil entre outros. **c/redacção**

BVM desafia agro-negócio

Este posicionamento foi defendido por Salim Valá, PCA da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), sexta-feira (20), num evento em Maputo promovido pela Associação dos Jovens Agricultores Portugueses (AJAP). O mito muito propalado de que a agricultura comporta muitos riscos, sobretudo a de pequena e média escala, pode ser uma justificação para a pouca atenção e reduzidos investimentos nesse sector, que actualmente absorve menos de 5% do financiamento à economia.

Na sua alocução, o dirigente da BVM desconstrói essa visão, referindo que mais de 66% da população moçambicana vive nas áreas rurais, e dessa cifra acima de 80% depende da agricultura de pequena escala como fonte de rendimento e reprodução social, e o contributo do sector agrário para o PIB é de cerca de 25%.

Valá enfatizou que a baixa produtividade é a baixa redundância na agricultura são algumas das principais causas da pobreza, cuja incidência

está acima de 40%, e também da insegurança alimentar e da desnutrição crónica. O desafio está em alavancar as condições dos cerca de 3,8 agricultores familiares, cujo grau de integração no mercado é muito limitado e a base tecnológica é de tal forma baixa, que todos os indicadores relacionados com uso de sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, irrigação, uso de meios mecânicos estão abaixo de 5%. Como queremos ter a modernização da agricultura, na extensão do território nacional, se o grosso dos produtores familiares produzem pouco e sem uso de insumos modernos, a qualidade é baixa, estão pouco conectados ao mercado e obtêm poucos rendimentos?

Teremos de continuar a fazer investimentos massivos e estratégicos na agricultura, no agro-negócio e na economia rural. Não faz sentido que aquela actividade que proporciona ao Homem um dos bens mais essenciais para a sua sobrevivência, os alimentos, possa ser considerada

como uma actividade de elevado risco. A insegurança alimentar não é um risco económico, social e político elevado para a sociedade?

Num outro desenvolvimento, Salim Valá referiu-se a bons exemplos de projectos bem sucedidos no agro-negócio, fundamentalmente implementados com financiamento externo ou através de empresas de fomento de culturas de rendimento, como são os casos do açúcar, algodão, macadâmia, banana, castanha de cajú, perá abacate, tabaco, feijão boer, gergelim, litchi, mangas, entre outras. Esses empreendimentos são de agricultura moderna, são autênticas “ilhas de prosperidade rodeadas por um imenso mar de micro e pequenos empreendimentos de baixa produtividade”.

O orador referiu que é fundamental alterar o paradigma agrícola no país, por forma a fazer com que os protagonistas da agricultura não sejam os avós, pais, tios e outros familiares que adoptam tecnologias arcaicas e ficam en-

zap



É HORA DE SE LIGAR AO FUTEBOL NA ZAP!

CANAIS DE TRANSMISSÃO

SPORT-TV AFRICA



APOIO AO CLIENTE: 95 500 > Todos os dias das 7:00 às 24:00 • apoio.clientemz@zap.co.ao

www.zap.co.mz

velhificados prematuramente pelas difíceis condições do trabalho agrícola, mas sejam substituídos por jovens empreendedores, capacitados nas escolas, institutos e universidades, que usam novas tecnologias, insumos melhorados, que apostem na irrigação, mecanização e usem serviços de extensão rural, que estejam conectados aos mercados regionais e globais, com acesso a mecanismos financeiros inovadores, e que lideram empresas bem geridas e governadas e que apostam em fazer negócios com ética.

No actual contexto de desenvolvimento do país, é necessário continuar a ensaiar formas de como conectar melhor os projectos de promoção da agricultura moderna com as iniciativas familiares assentes em tecnologia de base rudimentar. Existem dois mundos agrícolas distintos que é fundamental interligar e induzir á aproximações e sinergias entre eles.

Não tenhamos ilusões, esse é um trabalho que vai levar décadas, mas deverá ser iluminado e guiado por políticas, estratégias e medidas compreensivas, coerentes e consistentes no tempo e no espaço, um projecto de responsabilidades partilhadas, e dever-se-á envolver harmoniosamente o sector privado, o Governo, os institutos e universidades, os centros de pesquisa, os órgãos de comunicação social, os bancos e outras instituições financeiras, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.

Esse é um dos maiores desafios que o país terá de enfrentar e vencer, para a transformação estrutural da sua economia. Corroboro com a visão de Carlos Lopes, veiculada no seu último livro "Africa em Transformação". O

autor defende que a promoção da industrialização é uma exigência para África se quer gerar mais empregos e aumentar a renda das famílias, e a porta de entrada para a industrialização é a agricultura, o agro-negócio e a economia rural.

Num livro que escrevi em 2019, "Economia Moçambicana numa Encruzilhada?" defendi que o desenvolvimento económico deverá ser feito, incontornavelmente, com recurso à iniciativas transversais de promoção do capital humano, ter políticas compreensivas, fortalecer as instituições e pavimentar o território de infraestruturas sociais essenciais e de apoio ao desenvolvimento de negócios, nem descurando a necessidade de adaptação as mudanças climáticas.

Bolsa de Valores Pode Ser Parte Solução Para Financiamento ao Agro-Negócio

A agricultura é a base de desenvolvimento do país, ou seja, a maior parte dos moçambicanos vivem e dedicam-se a agricultura e à outras actividades a ela correlacionada. O sector secundário e terciário, nas cidades, está de alguma forma conectado à agricultura e à outras actividades a ela ligada, como a certificação, armazenamento, transporte, conservação, processamento e outras etapas da cadeia de valor. Além da necessidade de intervir ao nível de toda a cadeia de valor, é vital concentrar-se em áreas de foco e apostar na gestão de conhecimento por forma a explorar o potencial intrínseco em cada território.

Apesar da agricultura ser o sector com significativa contribuição para o PIB, para o emprego e a renda das famílias, ela não é, infelizmente, uma área que apresenta uma

estrutura empresarial pujante, com adequada gestão e que possui uma base financeira organizada, transparente e consistente.

A BVM sendo um mecanismo de financiamento inovador, tem ainda reduzida dimensão, liquidez e profundidade. Na verdade, possui uma capitalização bolsista de 19% do PIB, tem listada em bolsa 11 empresas, tem 216 títulos registados e 23.695 titulares registados na Central de Valores Mobiliários, e o volume de negócios e a liquidez de mercado, embora ainda modestos, tem estado a subir gradualmente. As empresas actualmente cotadas são do ramo de serviços, seguros, indústria de bebidas, investimentos, publicidade, energia, hidrocarbonetos e tecnologias. Sete empresas estão cotadas no Mercado de Cotações Oficiais, uma no Segundo Mercado e três no Terceiro Mercado. Apesar da agricultura ser a base do desenvolvimento nacional, a BVM ainda não possui nenhuma empresa cotada nesse sector.

No médio prazo, a BVM pretende segmentar os mercados de bolsa, e isso preconiza a existência de segmentos de mercado específicos para a agricultura e o agro-negócio, a indústria transformadora, o turismo, as pescas, o comércio as infraestruturas, o sector financeiro e as "fintech", o complexo mineral-energético (incluindo o "Oil and Gas"), as empresas do Sector Empresarial do Estado, as PME's, as empresas de telefonia móvel, as Sociedades Anónimas Desportivas (SAD's), as Parcerias Público Privadas e as Concessões Empresariais, entre outras. Não estamos satisfeitos por até ao momento, e depois de 23 anos de funcionamento da BVM, não termos uma em-

presa ligada a agricultura e ao agro-negócio cotada em bolsa.

O PCA da BVM enfatizou que a BVM sempre se preocupou com a listagem na bolsa de empresas de diferentes dimensões, fazendo parte de distintos sectores de actividade económica e localizadas em diferentes regiões do país. A nossa parceria com a AJAP, a CTA, o IPEME, a APME., a OCAM, o IGEPE, o ISCAM entre outras instituições, tem em vista assegurar que as empresas moçambicanas usem mais o mercado de capitais e a BVM.

No caso específico da área da agricultura, do agro-negócio e do desenvolvimento rural, priorizamos a tomada de medidas económicas e sociais que viabilizem a fixação de pessoas no meio rural, vivendo e trabalhando em condições dignas e aprazíveis. Ou seja, atrair pessoas para viver no campo é parte do esforço de estancar o êxodo rural, pois as pessoas não saem do campo a procura de facilidades nas cidades, mas porque nas áreas rurais a vida tem sido marcada por muitas e múltiplas dificuldades, em particular a falta de oportunidades de emprego e acesso aos serviços essenciais.

Ao criar o Segundo Mercado para as PME's em 2009, e posteriormente o Terceiro Mercado em 2019, a BVM procurou responder a situação concreta da economia moçambicana em cada contexto do seu processo de desenvolvimento. Tendo em conta os requisitos de natureza jurídico-legal, económico-financeiro e de mercado, a instituição não quis "ficar na sua zona de conforto". Pelo contrário, trabalhou com as diversas instituições da cons-telação do mercado de capitais, em particular a CTA, no

sentido de criar a base institucional de suporte para que o grosso das empresas moçambicanas pudessem ter o potencial para usar a plataforma da Bolsa de Valores, mas mantendo a integridade, a transparência, a equidade e a liquidez do mercado.

Salim Valá enfatizou que a BVM tem estado a manter um programa de educação e literacia financeira robusto, criativo e abrangente, no sentido de mostrar aos empresários e investidores que usar a BVM não é um “bicho de sete cabeças” nem se assemelha a “escalar uma montanha inacessível e perigosa”. Pelo contrário, há uma série de requisitos a respeitar, como a conformidade legal da empresa e das acções a cotar, a boa saúde económico-financeira, a capitalização bolsista previsível e os capitais próprios, a necessidade de ter contabilidade organizada e contas auditadas, a dispersão accionista e a livre transmissibilidade das acções.

Valá sublinhou que é necessário que as empresas tenham a formatação jurídica de Sociedade Anónima, estejam dispostas a fornecer ao mercado informação financeira relevante periodicamente, submetam-se ao escrutínio público e adoptem práticas de governação transparentes e ética nos negócios.

BVM Como Um Mecanismo Inovador de Financiamento e Dispersão do Risco

Usar a plataforma da Bolsa de Valores é seguir um caminho pouco conhecido, pouco usado pelos empresários e, por isso, ainda encarado com alguma hesitação, desconfiança, relutância e até dúvida, alguns até acreditando que é um “jogo de sorte ou azar”.

É normal que assim seja. Novas ideias e abordagens

quase sempre suscitam receios, incompreensões e até desdém. O importante é perceber a lógica, ter informação relevante, perceber o mecanismo de funcionamento do mercado de capitais, saber como aceder aos produtos e serviços, as vantagens e os riscos. Na verdade, qualquer investimento comporta riscos, e por isso é vital ter informação relevante antes de tomar qualquer decisão.

Aceder ao financiamento via Bolsa de Valores é uma possibilidade de obter recursos à um custo mais barato, permite dispersar o risco, usufruir de benefícios fiscais, ter mais visibilidade da empresa e estar inserido numa plataforma que permite potenciar parcerias empresariais. Em contrapartida, deve-se estar preparado para abraçar uma gestão transparente, submeter-se a obrigatoriedade de apresentar informação financeira aos investidores e ao mercado e ter regras de governação escrutináveis.

Os jovens empreendedores agrícolas moçambicanos tem de estar umbilicalmente ligados a educação, ciência, tecnologia e inovação. Tem de estar preparados para aprender com os projectos de agro-negócio que usem base tecnológica moderna, bons sistemas de gestão e governação, tenham ligações com os mercados nacionais, regionais e globais, preocupem-se com os requisitos de qualidade e certificação e façam o marketing dos produtos e da empresa.

Moçambique pode aprender muito e continuar a partilhar experiências com Portugal e a AJAP, como bem frisou Firmino Cordeiro, Director-Geral da AJAP, ao destacar o “networking”, a partilha de conhecimentos e “boas práticas” entre os dois países, ge-

rando um contexto apropriado para que os jovens agricultores moçambicanos possam abrir novas frentes no agro-negócio, apostando inequivocamente na competitividade, na inovação, na promoção de ligações de mercado e na modernização da agricultura. “O conhecimento, o financiamento inovador e os mercados são factores críticos de sucesso”, Firmino Cordeiro.

A finalizar, o PCA da BVM

Mbim reclama liderança no digital

O Millennium bim apresenta uma evolução, muito positiva, da sua estratégia digital com um crescimento muito significativo da sua actividade, com mais de 60% dos seus Clientes a usarem os canais mobile e um total de 203 milhões de transações digitais anuais. Este crescimento foi sustentado pela digitalização dos clientes, transacções e lançamento de produtos digitais de sucesso. Foi graças à capacidade de inovação, que o Banco conseguiu responder, de forma rápida e eficaz, aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19.

De facto, o Banco tem tido um crescimento, muito significativo da sua base de Clientes digitais e das operações através das plataformas Pay IZI ou aplicações como o Smart IZI; as funcionalidades do website e o atendimento digital com a oferta M-TOP. Por outro lado, desde Fevereiro, o Millennium bim passou a ser o único Banco, em Moçambique, com interoperabilidade com todas as redes de telefonia móvel.

O investimento do Millennium bim na tecnologia tem como objectivo muito concreto: estar onde estão os Clientes,

rematou que as empresas da agricultura e do agro-negócio moçambicanas precisam de compreender que a Bolsa de Valores pode ser um factor diferencial no seu negócio, permitindo obter financiamento a custos acessíveis, marcar a diferença, agregar valor, atrair investidores e contribuir para tornar a agricultura uma actividade percebida como de risco mais reduzido. **svcolaboração c/redacção**

tes, tanto do sector empresarial como os particulares, revolucionando hábitos de consumo e tornando mais fácil e cómodo o dia-a-dia das pessoas. Este será também o mote da campanha institucional que o Millennium bim vai lançar já no próximo dia 23 de Maio, em diversos formatos, que tem como objectivo promover uso canais digitais.

O Millennium bim reforça, assim, o seu compromisso de contribuir continuamente e activamente para melhorar a experiência digital dos seus Clientes, através do desenvolvimento de soluções inovadoras, de forma que os processos bancários se tornem mais fáceis, rápidos e seguros.

Hoje, mais do que nunca, o Banco pretende garantir e investe na continuidade de negócio através da transformação digital. **c/redacção**

Não parem nunca de estudar e aprender

Narciso Matos

Seguro sensibiliza moçambicanos na África Sul

MAis de 10 mil trabalhadores moçambicanos na República da África do Sul (RSA), já foram sensibilizados a aderirem ao Sistema de Segurança Social, no quadro da campanha de inscrição que decorre naquele país vizinho, desde o dia 26 de Abril.

A sensibilização dos trabalhadores foi feita pelas equipas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), da Direcção do Trabalho Migratório (DTM) e dos Serviços de Administração do Trabalho na África do Sul (SATAS), através de diversos encontros e com recurso a várias plataformas de comunicação.

Nos encontros realizados, foram incluídos os contactos directos com os mineiros nas diferentes companhias e em diversas regiões, como Welkom, Rustenburg, Marikana, Klerksdorp e Rasimone, com os trabalhadores do sector informal, líderes comunitários, para além da partilha de informações sobre o Sistema de Segurança Social e interacção através de diversas plataformas de comunicação existentes, a título de exemplo os grupos da rede social Whatsapp dos trabalhadores, com enfoque para os mineiros.

Os mais de mil contactos directos havidos culminaram com a inscrição de mais de 200 trabalhadores, maioritariamente constituídos por mineiros. Ainda há, a destacar, no rol dos já inscritos, os trabalhadores do SATAS e do Consulado Geral de Moçambique em Joanesburgo.

Com vista a facilitar a comunicação com os trabalhadores já inscritos, foi criado um grupo de Whatsapp, onde os técnicos do INSS têm estado a partilhar informações relativas à inscrição e des-

contos ao sistema, bem como a esclarecer dúvidas.

Segundo a Directora do Seguro Social, no INSS, Hermenegilda Maria Carlos, a avaliação da primeira fase da campanha é satisfatória, considerando que perto das 30 companhias mineiras onde foi solicitada a realização do trabalho de sensibilização e inscrição foi possível trabalhar, até ao dia 20 de Maio corrente, em 10, faltando contemplar outras minas que gradualmente vão respondendo aos pedidos.

Hermenegilda Carlos destacou o facto de a maioria dos trabalhadores inscritos ter solicitado o pagamento retroactivo das contribuições desde Dezembro de 2015, altura em que iniciou o processo de integração dos trabalhadores abrangidos pelo regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP).

Nos termos do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, os trabalhadores moçambicanos que exercem actividades no estrangeiro são abrangidos pelos regimes do TCP. Apontou como um dos constrangimentos do processo o facto de muitos trabalhadores na terra do Rand não possuírem a documentação necessária para a inscrição no Sistema, como são os casos de bilhete de identidade e NUIT.

Fez saber, ainda, que a partir do mês de Junho do ano em curso arrancará a segunda fase do processo, onde se espera a inscrição no sistema de maior número de trabalhadores das minas, das farmas e de outros sectores de actividade.

Aliás, foi no âmbito da

massificação da inscrição dos concidadãos moçambicanos na segurança social que se realizou, no Sábado passado, 21 de Maio, na cidade de Joanesburgo, um encontro envolvendo as equipas do INSS, DTM, SATAS e representantes regionais da Associação dos Trabalhadores das

Minas e Farmas da África do Sul (ATMIFAS).

AATMIFAS 10 representações regionais, nomeadamente em Welkom, Carletonville, Rustenburg, Mpumalanga, Marikana, Northern, Krondal, Klerksdorp, BRPM (Bafokeng Rasimone Platinum Mine) e Secunda. **c/redacção**

Noticiário Breve

A Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE) vai passar a exigir, a partir de agosto, que todos os produtos nos estabelecimentos comerciais, em Moçambique, possuam rótulos em língua portuguesa.

A organização não-governamental Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) reclama estratégias alternativas para fazer face ao alerta de fome entre as comunidades afectadas pela violência armada em Cabo Delgado.

O Banco Mundial considera a dívida pública moçambicana "sustentável", graças às perspectivas de exportação do gás natural, apesar de as pressões permanecerem altas sobre a economia do país, anuncia num documento sobre.

O parlamento moçambicano está a preparar a revisão da lei cambial, anunciou a Confederação das Associações Económicas (CTA), maior associação empresarial, que vai elaborar um parecer retratando a posição do sector privado, soube-se.

UM grupo armado matou pelo menos duas pessoas e sequestrou outra na sexta-feira (19), em Cabo Delgado, segundo o relato de duas testemunhas em fuga.

O bispo de Pemba, António Juliase, assume oficialmente funções e diz que não quer ser visto como "herói", refutando protagonismo por estar em Cabo Delgado, região de Moçambique atingida por uma insurgência armada e crise humanitária.

CErca de 100 pessoas juntaram-se sábado (21) na cidade da Beira, província de Sofala, numa marcha contra a onda de raptos que atinge empresários e familiares, num tipo de acção pública que é rara e que costuma ser reprimida pela polícia nacional.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) acredita nas reformas que foram feitas em Moçambique depois do escândalo das chamadas dívidas ocultas, para evitar que algo semelhante volte a acontecer, afirma o máximo representante do fundo no país. **x**